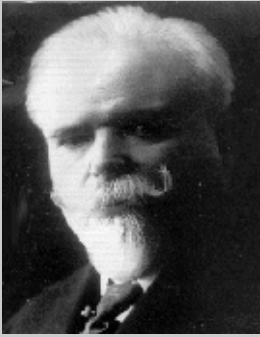


António José de Almeida		<p>1916</p> <p><i>Em Portugal ninguém desejou a guerra. Aceitou-se esse mal como inevitável, como necessário para mantermos perante o mundo o lugar honrado a que as nossas tradições gloriosas nos dão direito</i> (Jornal A Capital)</p> <p><i>Em Portugal não havia ódio contra os alemães. Nenhuma tradição nossa o estabelecia: os nossos ódios tradicionais eram contra a Espanha, contra a França e contra a Inglaterra. A Alemanha nunca nos fora nada, nem num sentido nem noutro</i> (Fernando Pessoa)</p>
	<p>Do governo da União Sagrada à revolta de Machado Santos</p>	

● **Do Manifesto Anti-Dantas à lei de circulação das elites** – José de Almada Negreiros lança o *Manifesto Anti-Dantas*, onde se afirma *poeta d’Orpheu, futurista e tudo*. António de Oliveira Salazar edita *A Questão Cerealífera. O Trigo*, obra básica no curriculum universitário do futuro cônsul, no ano em que Vilfredo Pareto lança a lei de circulação das elites em *Tratato di Sociologia Generale* e o antigo líder regenerador, Júlio de Vilhena, em *Antes da República*, procura uma adequada literatura de justificação para o seu desastroso percurso político durante o crepúsculo da monarquia, num tempo em que Oswald Spengler começa a enunciar a ideia de *decadência do Ocidente*.

● **Portugal em guerra**. Num Portugal em guerra não se torna possível nem um governo de *concentração nacional* (com republicanos e monárquicos) nem sequer um de *concentração republicana* (surgiu mera coligação bi-partidária, sem a participação dos próprios unionistas. Logo, a restrita união dita sagrada entre afonsistas e almeidistas pouco vai durar, ficando apenas a comandar o país um partido dono de um *Estado-Partido*, dado que as alternativas, dos unionistas e dos evolucionista, não passa de facções do partido único que instituiu o regime. Este drama republicano do *partido-sistema* não tinha sido sofrido pelo constitucionalismo monárquicos, onde sempre se manifestou o pluralismo. A culpa talvez esteja na unidade conspirativa das sociedades secretas, no clientelismo da *empregomania* e na existência de um forte inimigo comum, patente com as insurreições e infiltrações monárquicas. Assim se compreende que os próprios monárquicos só cedam ao parlamento republicano a partir de Sidónio, ao contrário do que acontecera no liberalismo monárquico.

● **O regime do 14 de Maio** – Entre 14 de Maio de 1915 e 5 de Dezembro de 1917, vamos viver um modelo super-parlamentarista dominado por um único partido, legitimado pelo acto eleitoral de 13 de Junho de 1915, ocorrido menos de um mês depois de um sangrento golpe de Estado. No plano partidário, se desaparecem os reformistas, destaca-se uma ala esquerda dos democráticos, invocando o espírito do 14 de Maio, e surgem os católicos que elegem em 1915 o seu primeiro deputado, enquanto Egas Moniz tenta lançar um partido centrista. O facto marcante é a declaração de guerra da Alemanha em 9 de Março de 1916, apesar de poderem notar-se várias

turbulências golpistas (9 de Julho e 27 de Agosto de 1915, entre os golpes tentados, e 13 de Dezembro de 1916, desencadeado) e alguns tumultos (20 de Julho e 21 de Outubro de 1915 e 31 de Agosto e 8 de Outubro de 1916).

● **Continua o segundo governo de Afonso Costa.** Começa a construção do Casino do Estoril, em Janeiro, numa altura em que se agrava a questão das subsistências. Neste primeiro mês do ano, greve dos carregadores e dos empregados municipais em Lisboa, bem como nalgumas universidades. Em Fevereiro, há greve de tecelões na Covilhã e tumultos em Lisboa, com bombas e mortos.

● Em 7 de Fevereiro cria-se uma **Comissão Central de Subsistências**, com comissões distritais e um regime de preços tabelados, bem como penalização das recusas de venda e manifestos obrigatórios para determinados bens.

● **Dá-se a primeira apreensão de um navio alemão** surto no Tejo, o que motiva os protestos parlamentares de Brito Camacho² (24 de Fevereiro). Os britânicos tinham solicitado que o governo português requisitasse os navios alemães refugiados nos portos portugueses. Apreensão autorizada por decreto do dia 23 e levada a cabo por Leote do Rego. São apreendidos 70 navios alemães e dois austríacos, naquilo que ironicamente se qualifica como a *batalha do Mar da Palha*.



● **Guerra** – Em 9 de Março, através de nota entregue pelo barão Van Rose, a Alemanha declara formalmente guerra a Portugal, apesar de, já em 31 de Outubro de 1915, terem conquistado o porto de Cuangar do Sul, em Angola.

● **Empréstimo britânico** O governo obtém um crédito, de dois milhões de libras, do banco central britânico, para a compra de trigo e material de guerra.

● **Dissolução de entidades sindicais** Nos princípios de Março, o governador civil de Lisboa manda dissolver a União Operária Nacional, a Federação dos Metalúrgicos e da Construção Civil, bem como a União dos Sindicatos de Lisboa, com o pretexto de faltar lei reguladora sobre a matéria. Nas mesmas circunstâncias se encontram as associações patronais que, no entanto, não ficam sujeitas a tal medida.

● **Apoio parlamentar à política de guerra.**

Imediato e unânime apoio parlamentar ao governo, por causa da guerra (10 de Março). Sessão parlamentar onde Afonso Costa propõe um governo de unidade nacional.

● **Defesa de um ministério nacional** – Brito Camacho diz só colaborar num verdadeiro *ministério nacional*, desde que nele estejam representados monárquicos e socialistas, rejeitando um modelo de mera *concentração republicana*. Os católicos dizem não colaborar sem prévia alteração da Lei da Separação e os monárquicos nem sequer são chamados (11 de Março).

● **Lei nº 491** concede ao poder executivo as faculdades necessárias para o estado de guerra, atribuindo-lhe **poderes extraordinários** (12 de Março)

● **Preparação de um novo governo** São sondados para a chefia do governo os republicanos independentes Augusto José da Cunha, Guerra Junqueiro e Anselmo Braamcamp Freire. Leote do Rego faz a mediação entre António José de Almeida e Afonso Costa (13 de Março).

● **Governo nº 66** da União Sagrada (15 de Março), chefiado pelo evolucionista **António José de Almeida** (405 dias, cerca de treze meses e meio). Nasce das circunstâncias de guerra, com democráticos e evolucionistas, face à recusa dos unionistas. Fala-se em *pátria em perigo*, mas, paradoxalmente, o gabinete acaba por cair quando os democráticos, eivados de preconceitos jacobinos, não admitem a participação das *forças vivas* num Conselho Económico Nacional.

● São ministros: os democráticos Afonso Costa, nas finanças, Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, na marinha, Augusto Vieira Soares, nos estrangeiros, Norton de Matos, na guerra (vindos do anterior gabinete) e António Maria da Silva, no trabalho e previdência social desde 17 de Março, bem como os evolucionistas Francisco Fernandes Costa, no fomento desde 17 de Março, Luís Pinto Mesquita de Carvalho, na justiça, Joaquim Pedro Martins (1875-1939), antigo dissidente progressista e professor de direito, na instrução pública, acrescentando o



independente António Pereira Reis, no interior, substituído em 29 de Maio pelo também independente Brás Mouzinho de Albuquerque (1859-1922).

●**Proibido o ingresso de alemães** em território nacional (4 de Abril). Obrigados a sair os existentes, ficando presos os que têm entre 16 e 45 anos. Sequestro dos respectivos bens (23 de Abril de 1916).

●**Ampla amnistia** Proposta uma lei de ampla amnistia, abrangendo os responsáveis pelas incursões monárquicas, o que gera um protesto do próprio Manuel de Arriaga (14 de Abril).

●**Greves, censura e questão das subsistências** – É criado um Ministério do Trabalho, em 16 de Março, e instaurada a censura à imprensa (28 de Março). Em 30 de Setembro, cria-se uma Comissão de Abastecimento, em lugar da Comissão Central de Subsistências. Visa-se uma maior centralização do processo, passando as funções das comissões distritais para os governadores civis. Greve dos metalúrgicos e dos carroceiros em Maio. Motim de merceiros em frente a São Bento, contra o regime do controlo dos abastecimentos (31 de Agosto). Incidentes no Porto, com a morte de um polícia (8 de Outubro). Em Dezembro, agrava-se a questão das subsistências, com faltas de combustíveis, açúcar e pão.

●**Guerra em África** – Em Abril, mês em que o poeta Mário Sá Carneiro se suicida em Paris, no plano da guerra, os portugueses de Moçambique, tendo como governador Álvaro de Castro, concluem a operação de Quionga, de que tínhamos sido despossados pelos alemães em 1894. O major Portugal da Silva ocupa o território em 10 de Abril de 1916.

●**Propaganda patriótica** – António José de Almeida apelando à *vibração suprema da alma portuguesa* e, apesar de ser lançada uma *cruzada das mulheres portuguesas*, tem de enfrentar várias greves. Em Agosto, o governo, em operação de propaganda patriótica, promove comícios junto dos nossos principais monumentos.

●**Mobilização geral** – Em 24 de Maio é reordenada a inspecção militar de todos os indivíduos com idade inferior a 45 anos e que tinham sido não apurados.

●**Milagre de Tancos** – Em 22 de Junho, com a parada de Montalvo, o esforço de

preparação militar, dito *milagre de Tancos*, manifesta-se e, no mês seguinte, constitui-se o Corpo Expedicionário Português, num processo comandado por Norton de Matos.

●**Pena de morte** – Em 31 de Agosto chega a propor-se o restabelecimento da pena de morte nos campos de batalha para os casos de traição, com oposição de unionistas e evolucionistas.

●**Ataque alemão ao Funchal** – No dia 30 de Dezembro, submarino alemão ataca navios ingleses surtos no porto do Funchal, sendo lançadas várias granadas sobre a própria cidade.

●**Revolta de Machado Santos** (13 de Dezembro) O planeamento cabe a Vasco de Carvalho, com a colaboração do capitão Eurico Cameira. Machado Santos sai com tropas de Tomar, mas não passa de Abrantes, onde é parado por Abel Hipólito. Fica detido no palácio do Fontelo em Viseu. Ramificações subversivas em Castelo Branco e na Figueira da Foz. Governo suspende jornais monárquicos, e aproveita a circunstância para fazer o mesmo ao jornal camachista *A Luta*. Presos vários deputados, entre os quais Moura Pinto, Egas Moniz e Alfredo Magalhães²⁷. Os revoltosos, visando convencer autoridades civis e militares, chegam a imprimir um *Diário do Governo* apócrifo. As notícias sobre o golpe são censuradas.

●**Saneamento de militares** – Aprovada uma lei sobre o saneamento de oficiais em 19 de Dezembro. Protestos veementes de vários deputados, como Ramada Curto, então democrático e futuro socialista, e José Barbosa, unionista.

●**Doutores por decreto** A Lei nº 616 estabelece que as faculdades podem reconhecer o grau de doutor aos professores com três anos de serviço (16 de Junho). O modelo vai permitir a instrumentalização politiqueria da instituição universitária e, por ironia do destino, esta medida de oportunismo democrático, será potenciada em posteriores momentos de excepção, de carácter ditatorial ou revolucionário. Basta recordar que um dos beneficiários da medida será Salazar, o paladino avaliador e controlador dos subsídios estaduais de um aparente modelo de catedratismo que nunca seguiu o *cursus honorum* doutoral. Já na viragem do milénio, o regime neo-

democrático elevará a símbolo da qualidade universitária outro político que, na qualidade de ministro do primeiro, até criou, para si mesmo, estatuto similar.

Amorim, Diogo Pacheco de: 100; Brochado, Costa (*O Senhor Norton...*): 64, 65; Caetano, Marcello (*Depreciação...*): 281; Costa, Afonso (*Discursos...*): 171, 174, 175; Cruz, Manuel Braga da: 256; Gouveia, Rosa: 29; Marques, Oliveira, (1991, XI): 235, 265, 298, 320; (*As Estruturas...*): 529; Martins, Francisco da Rocha (1929): 488; Lima, Sebastião de Magalhães (I): 256; Moncada, Luís Cabral de (1992): 115, 116; Peres, Damião (1954, *Suplemento*): 135, 137, 139, 141, 144, 145, 148, 150, 151, 152, 153, 154; Pessoa, Fernando (1978): 256; Serrão, Joaquim Veríssimo (XI): 178 ss.; Vieira, Alexandre: 91; Xavier, Alberto: 179.